

Faz-não-faz e desfaz



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República,
escritor e imortal da
Academia Brasileira de Letras

O presidente dos Estados Unidos tem estarrlecido o mundo com suas exóticas colocações, que, no mínimo e no máximo, representam um jogo de faz-e-esconde, o que tem mantido as nações em suspense sem saber por onde ele quer ir e para onde vai. Parece os versos do grande poeta português José Régio: “Se ao que busco saber nenhum de vós responde, / Por que me repetis: ‘vem por aqui’? / Prefiro escorregar nos becos lamacentos, / Redemoinhar aos ventos, / Como farrapos, arrastar os pés sangrentos, / A ir por aí... [...] Ninguém me diga: ‘Vem por aqui!’ / A minha vida é um vendaval que se soltou. / É uma onda que se alevantou. / É um átomo a mais que se animou... / Não sei por onde vou, / Não sei para onde vou / — Sei que não vou por aí!”

Esse é o caso de todos no mundo inteiro: não sabemos por onde vamos, não sabemos para onde vamos, mas sabemos que não vamos atrás do Trump.

A última dele foi a de que iria destruir uma civilização, isto é, a milenar civilização persa, como se isso fosse possível. Em seguida, afirmou que o Irã seria consumido pelo fogo, numa tragédia igual àquela de Sodoma e Gomorra. Mas no dia seguinte, já na quarta-feira, pensando melhor, Trump voltou atrás e, numa boa volta, resolveu parar com essa coisa escatológica de

fim do mundo e negociou uma trégua em troca da abertura do Estreito de Hormuz.

Essa guerra com o Irã sempre foi difícil de ser entendida ou de se aceitar a razão, a sem-razão, de sua fúria, nem as alegadas justificativas. O fato que é difícil de explicar é, depois de destruída — obliterada — a capacidade iraniana de enriquecimento do urânio, como esse país produziria uma bomba atômica que pudesse ameaçar Estados Unidos e/ou Israel. Israel e Irã sempre pregaram a mútua destruição, mas os ataques sempre partiram de Israel.

O que ficou evidente é que, enquanto os Estados Unidos negociavam um acordo com o Irã, os israelenses descobriram onde as lideranças iranianas iriam se reunir para discutir os termos desse acordo e, imediatamente, Netanyahu convenceu Donald Trump de que deviam aproveitar essa reunião para eliminar todas as lideranças iranianas. Com o assassinato desses líderes, cairiam o governo iraniano e o regime teocrático, assegurando uma vitória total com menor custo do que o de uma guerra. Daí a afirmação inicial de Trump de que em quatro dias a guerra estaria acabada.

Isso bastou para convencer Trump a entrar em uma guerra sem uma análise mais aprofundada de que, com o componente religioso e dogmático que leva ao fanatismo do povo, liquidados os seus líderes, outros apareceriam imediatamente em substituição àqueles, sem solução de continuidade. Talvez os estudos tenham sido feitos, mas se sabe que Trump não lê nem ouve nada que não esteja na televisão — e, por isso, logo demitiu o chefe da Inteligência americana que disse ter avisado que o Irã não era uma ameaça. Não previu as consequências que adviriam ao comércio mundial com

o comprometimento das exportações do Golfo Pérsico, nem tomou providências para proteger as bases americanas na região. Ignorou que pelo Estreito de Hormuz transitavam 20% de todo o consumo mundial de petróleo.

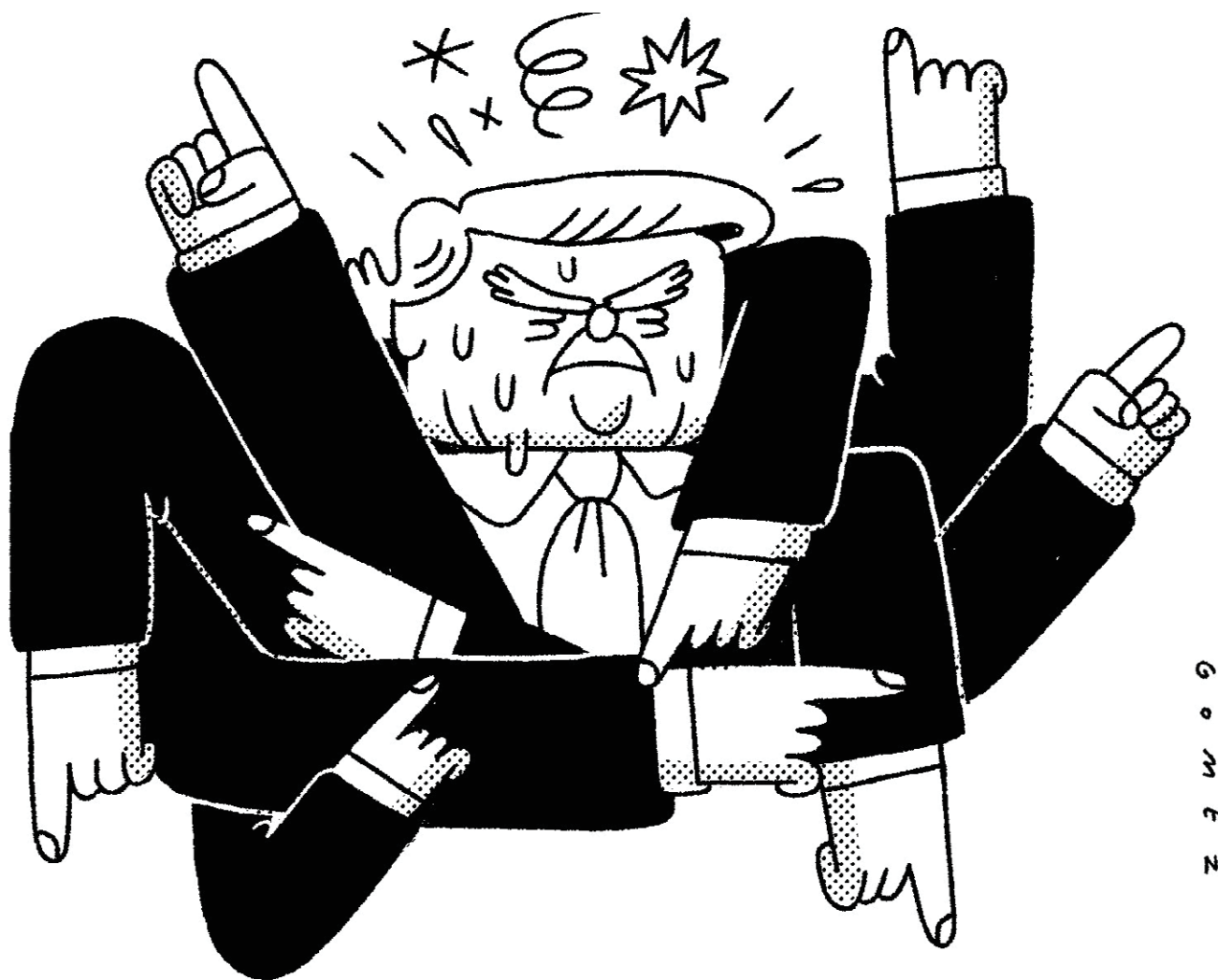
O fracasso dessa ausência de qualquer plano estratégico imediatamente aflorou, e o resultado é que a economia mundial entrou em crise, com impactos considerados mais graves que os da crise de 1972, quando houve o famoso choque do petróleo. A guerra não obedeceu a nenhuma das previsões feitas pelo Sr. Trump nesse jogo de faz-e-desfaz, e ele teve de desmentir-se, aplicar sua técnica de negociação TACO — Trump Always Chicken Out, isto é, sempre se acovarda e desiste — e lutar desesperadamente por um acordo de paz.

Trump não acredita na revolta da opinião pública dos Estados Unidos, que hoje está sendo divulgada: 60% da população é contra sua decisão de fazer essa guerra levado pelo israelense Netanyahu — que aproveitou o momento para mais uma vez destruir o Líbano, várias vezes massacrado pelo vizinho mais forte.

Se soube agora que, no ano passado, o Pentágono chamou o Núncio Apostólico para dizer que, se o papa não aderisse ao trumpismo, os americanos fariam um novo papado paralelo — como o de Avignon. O papa, que está com Deus e não com o diabo, sabe por onde vai e não se abalou, continuou dizendo que as orações de quem faz a guerra não são ouvidas por Deus.

Temos que, com o papa, rezar para que o cessar-fogo, mesmo com intermitência, acabe com os crimes contra os civis e dure até poder surgir um espaço para a paz.

A paz é o que o povo americano e o resto do mundo querem.



A presidência brasileira na Zopacas



» GUSTAVO MENON
Docente na Universidade Católica de Brasília e no Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam-USP)

Fundada em 1986, por iniciativa brasileira nas Nações Unidas (ONU), a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas) foi criada do temor de que as lógicas da Guerra Fria e da corrida nuclear descessem categoricamente para o Hemisfério Sul. O objetivo era claro e nobre: estabelecer no Atlântico Sul um espaço desnuclearizado, livre de armas de destruição em massa e preservado de rivalidades geopolíticas extrarregionais.

Ao longo dessas quatro décadas, o Brasil se apresentou como fiador dessa visão, sediando reuniões ministeriais e projetando uma identidade de país mediador e responsável no entorno estratégico que vai do Cone Sul à costa oeste do continente africano. Desde sua criação, nos anos de 1980, a Zopacas tem sido pensada pela política externa brasileira como elemento essencial para a promoção de um Atlântico Sul de paz e cooperação, protegido da atuação e da ingerência de potências do Norte Global que possam afetar os interesses estratégicos dos países sul-americanos e africanos envolvidos nessa iniciativa.

Em um mundo cada vez mais marcado pela crise do multilateralismo e pela difusão de conflitos em diferentes partes do planeta, a presidência brasileira na Zopacas, após a IX Reunião

Ministerial no Rio de Janeiro, ocorre em um momento em que a própria ideia de “zona de paz” se vê sob risco.

A chancelaria brasileira reconhece que, se o pilar da não proliferação foi relativamente bem-sucedido, o componente de cooperação ficou aquém do prometido. Soberania dos recursos, segurança marítima, crimes transnacionais, proteção de rotas energéticas e de cabos submarinos, além da emergência climática, transformaram o Atlântico Sul em um espaço de disputa silenciosa, no qual a ausência de conflito aberto não significa ausência de riscos e de interesses que estão em jogo.

A fragmentação política e a desintegração econômica tornam ainda mais complexa a construção de políticas de cooperação Sul-Sul que possam ser pensadas a partir da soberania e dos interesses próprios dos países do Atlântico Sul. Nesse sentido, a agenda proposta pelo Brasil à frente do bloco busca responder a esse descompasso que afeta o direito e o sistema internacional na atualidade, tomando a via diplomática e o resgate dos diálogos multilaterais como elementos cruciais para a retomada de políticas coordenadas entre os 24 países envolvidos na Zopacas.

Caso envolva diferentes atores, a Zopacas pode ser um fórum concreto de orquestração, governança e integração, capaz de promover agendas como economia do mar, pesquisa oceanográfica, comércio, defesa e a própria promoção do desenvolvimento sustentável. No entanto, a continuidade política da iniciativa, a disponibilidade de recursos e a capacidade de articular interesses profundamente assimétricos entre

24 países marcados por fortes desigualdades internas podem comprometer o plano de ação da presidência brasileira.

O desafio brasileiro, portanto, é de mão dupla. Internamente, o país precisa novamente reforçar a opção sul-americana, superando ciclos de desinvestimento em política externa e defesa que minam sua credibilidade como líder regional. Externamente, terá de reestruturar os mecanismos de integração e governança regional, de modo a aprimorar políticas de cooperação Sul-Sul e fomentar uma ordem multipolar, sem abrir mão de sua capacidade de diálogo universalista em um mundo marcado por diferentes tensões.

A declaração final da reunião ministerial do Rio, divulgado nesta quinta-feira, aponta nesse sentido: convida os Estados a resolver controvérsias por meios pacíficos, a fortalecer a cooperação em segurança marítima, meio ambiente, ciência, tecnologia, comércio, educação e defesa, e a articular-se com ONU, União Africana e mecanismos regionais para promover desenvolvimento sustentável, integração e diálogos políticos entre África e América do Sul.

Se a presidência brasileira na Zopacas se consubstanciar em uma plataforma de cooperação prática, em vez de recair novamente em um ambiente de paralisia e inação do fórum, o Brasil terá dado um passo importante execução do Plano de Ação de Mindelo, que reforça o compromisso de manter uma zona de paz no Atlântico Sul, e para reocupar o lugar que sempre reivindicou: o de articulador de uma ordem mais estável, menos sujeita à atuação e à ingerência de interesses extrarregionais, e capaz de projetar um Atlântico Sul mais solidário e voltado à paz.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha@adabr.com.br



O Titanic e o trajeto da soberba

A epopeia do RMS Titanic permanece, mais de um século depois, como uma das metáforas mais poderosas sobre o destino de projetos grandiosos conduzidos sob o signo da autoconfiança excessiva. Concebido como símbolo máximo da engenharia e do progresso de sua época, o navio partiu cercado por expectativas quase míticas de invulnerabilidade. Poucos dias depois, repousava no fundo do Atlântico, vítima não apenas de um iceberg, mas de uma cadeia de decisões equivocadas, negligência e soberba. A história que poderia ser apenas um episódio trágico do início do século 20 revela, na verdade, um padrão recorrente que se repete em empresas, governos e instituições públicas ao longo do tempo. Sempre que decisões são tomadas com base em ilusões de controle absoluto, desprezo por limites e ausência de transparência, o resultado tende a seguir uma rota previsível: o colapso.

Marcada por um espírito de competição e afirmação de poder, a construção do navio tratava de provar ao mundo a capacidade técnica e econômica de uma era. No entanto, no processo, escolhas críticas foram relativizadas. Redução no número de botes salva-vidas, velocidade elevada em área de risco e confiança excessiva nos sistemas de segurança compuseram um cenário em que o desastre deixou de ser uma possibilidade remota para se tornar uma consequência provável. Transpondo essa lógica para o campo institucional, observa-se fenômeno semelhante.

Projetos públicos e privados frequentemente nascem sob promessas grandiosas, discursos otimistas e projeções ambiciosas. O problema surge quando esses projetos deixam de ser guiados por critérios técnicos, responsabilidade fiscal e ética administrativa, passando a serem conduzidos por interesses políticos, vaidades pessoais ou expectativas irreais. Nesse contexto, a metáfora da “carta náutica da ética pública” ganha relevância. Assim como uma embarcação depende de mapas, instrumentos e regras claras de navegação para evitar perigos, instituições dependem de princípios como transparência, prestação de contas e respeito às normas para garantir sua sustentabilidade. Quando esses parâmetros são ignorados, a navegação torna-se errática.

Max Weber, ao tratar da ética da responsabilidade, alertava que o exercício do poder exige consciência das consequências dos atos. Para Weber, governar não é apenas decidir, mas assumir os riscos e impactos dessas decisões. Quando essa responsabilidade é substituída por voluntarismo ou improviso, o resultado tende a ser instabilidade. No ambiente empresarial, empresas que ignoram riscos, mascaram informações ou operam com estruturas frágeis podem, por um tempo, sustentar a aparência de sucesso. Mas, assim como no Titanic, basta um evento crítico para expor fragilidades acumuladas.

No setor público, os efeitos são ainda mais amplos. Decisões mal fundamentadas não afetam apenas acionistas ou investidores, mas toda a sociedade. Obras superfaturadas, políticas públicas mal planejadas e gestão ineficiente de recursos geram impactos que se estendem por anos, comprometendo desenvolvimento econômico e qualidade de vida.

Outro elemento presente na tragédia do Titanic foi a comunicação falha. Alertas sobre icebergs foram recebidos, mas não devidamente considerados. A crença na invulnerabilidade do navio reduziu a percepção de risco. Em instituições, fenômeno semelhante ocorre quando críticas são ignoradas, órgãos de controle são enfraquecidos ou informações são deliberadamente omitidas. A ausência de mecanismos eficazes de controle e transparência cria um ambiente propício para decisões desconectadas da realidade. Sem feedback adequado, líderes podem acreditar que suas escolhas são infalíveis, reforçando um ciclo de autoconfiança que se afasta progressivamente dos fatos.

Editorialmente, a lição que emerge dessa analogia é clara. Não são apenas icebergs que afundam grandes projetos, mas a combinação de arrogância, falta de planejamento e desprezo por limites. A ética pública, nesse sentido, não é um adorno moral, mas um instrumento de sobrevivência institucional. Respeitar normas, ouvir alertas, planejar com base em dados e manter transparência não são obstáculos ao progresso, mas condições para que ele seja sustentável. Ignorar esses princípios pode até gerar resultados imediatos, mas tende a produzir crises no médio e longo prazo.

A história do Titanic não é apenas um relato do passado. Ela continua a se repetir, em diferentes escalas e contextos, sempre que instituições acreditam estar acima das regras que deveriam segui-las. E, como no oceano, os sinais de perigo raramente desaparecem, eles apenas aguardam o momento em que serão finalmente percebidos. No fim, toda travessia exige prudência. Porque, diante da força dos fatos, nenhuma construção, por mais grandiosa que pareça, está imune às consequências de escolhas mal orientadas. E, quando a rota ignora a carta da ética, o destino dificilmente será outro que não o naufrágio.

» A frase que foi pronunciada

Desde o dia em que foi projetado, ele estava praticamente condenado... Isso (o uso de rebites de ferro) foi quase o calcanhar de Aquiles do Titanic.

Paul Loudon-Brown, arquivista da White Star Line

» História de Brasília

Esta é, particularmente, uma notícia de grande repercussão para os pais, que estavam enfrentando uma situação de desespero vendo o exemplo que os professores estavam dando a seus filhos. (Publicada em 17/5/1962)